



Circular nº 17/2012

24 de Setembro de 2012

Assunto: Alterações ao Código dos Contratos Públicos e regime excepcional e temporário de liberação das cauções.

Caro Associado,

Serve a presente para levar ao vosso conhecimento as alterações mais recentes ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de Julho, e, bem assim, o regime excepcional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas, previsto no Decreto-Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto.

I – Quanto às alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, destacam-se, entre outras:

- A eliminação das excepções à aplicação integral do regime de contratação pública de que beneficiavam as instituições públicas de ensino superior constituídas sob a forma de fundação, os hospitais constituídos sob a forma de entidade pública empresarial, as associações de direito privado que prossigam finalidades, a título principal, de natureza científica e tecnológica e os laboratórios do Estado, passando todas estas entidades a submeter-se, em pleno, ao regime jurídico de contratação pública, regulado no CCP;
- A alteração do regime jurídico do ajuste directo, afastando-se a possibilidade de adopção deste procedimento para a formação de contratos de aquisição de serviços informáticos de desenvolvimento de *software* e de manutenção ou assistência técnica de equipamentos e estabelecendo-se a aplicação uniforme, independentemente da natureza da entidade adjudicante, dos limiares de € 75 000 e € 150 000, consoante se trate, respectivamente, de contratos de aquisição de bens e serviços ou de empreitadas de obras públicas (cfr. artºs. 19º., alínea a) e 20º., nº. 1, alínea a), do CPP);

- A alteração do regime de erros e omissões, dando resposta a alguns dos problemas práticos que neste domínio se têm vindo a colocar às entidades adjudicantes e aos operadores económicos, designadamente quanto à clarificação do universo dos erros e omissões abrangidos pelo CCP e à insuficiência do prazo concedido às entidades adjudicantes para se pronunciarem sobre as listas de erros ou omissões elaboradas pelos interessados (cfr. artº. 61º., do CPP, que, pelo seu interesse, a seguir se transcreve);

Artigo 61.º

[...]

1 — Para os efeitos do disposto no presente Código, são erros e omissões do caderno de encargos:

a) Os que digam respeito a:

- i) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;*
- ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objecto do contrato a celebrar; ou*
- iii) Condições técnicas de execução do objecto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;*

b) Erros e omissões do projecto de execução que não se incluam na alínea anterior.

2 — Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detectados, com excepção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detectados na fase de execução do contrato, actuando com a diligência objectivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 — A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4 — A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

5 — Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto no n.º 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando -se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6 — O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7 — As listas com a identificação dos erros e das omissões detectados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs. 4 a 6, são publicitadas em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

- Por outro lado, revê-se o regime dos trabalhos a mais e dos serviços a mais, com vista à não contabilização dos trabalhos de suprimento de erros e omissões para o apuramento do limite

percentual que aqueles podem atingir face ao preço contratual. Neste sentido, atribui -se aos trabalhos e aos serviços a mais um limite percentual próprio e autónomo de 40 % do preço contratual e aos trabalhos de suprimento de erros e omissões um limite percentual próprio e autónomo de 5 % do preço contratual, elevado para 10 %, quando a execução dos trabalhos não implique uma modificação substancial do contrato e estejam em causa obras cuja execução seja afectada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras marítimo -portuárias e as obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial a construção de túneis, bem como as obras de reabilitação ou restauro de bens imóveis (cfr. artºs. 370º. e 376º. do CPP, que, igualmente pelo seu interesse, a seguir se transcrevem);

Artigo 370.º

[...]

1 —

2 — *Não pode ser ordenada a execução de trabalhos a mais quando:*

a) Tendo o contrato sido celebrado na sequência de procedimento de ajuste directo ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º, o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, seja igual ou superior ao valor referido naquela alínea;

b) Tendo o contrato sido celebrado na sequência de concurso público ou de concurso limitado por prévia qualificação e o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do artigo 19.º, o anúncio do concurso não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia;

c) O preço atribuído aos trabalhos a mais, incluindo o de anteriores trabalhos a mais, ultrapasse 40 % do preço contratual.

d) (Revogada.)

3 — *(Revogado.)*

4 —

5 —

Artigo 376.º

[...]

1 — *O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra.*

2 —

3 — *Só pode ser ordenada ao empreiteiro a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos da mesma natureza não exceder 5 % do preço contratual.*

4 — *O limite previsto no número anterior é elevado para 10 % quando a execução dos trabalhos não implique uma modificação substancial do contrato e estejam em causa obras cuja execução seja afectada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras marítimo-portuárias e as obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial a construção de túneis, bem como as obras de reabilitação ou restauro de bens imóveis.*

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — (Anterior n.º 5.)

7 — (Anterior n.º 6.)

8 — (Anterior n.º 7.)

9 — (Anterior n.º 8.)

- Adoptam-se diversas medidas que visam contribuir para a melhoria da qualidade dos projectos de obras públicas, de que é exemplo a revisão obrigatória do projecto nas obras classificadas na categoria III ou superior, no que respeita à sua complexidade, bem como naquelas cujo preço base seja enquadrável na classe 3 ou superior de alvará, sem prejuízo da necessária regulamentação do processo de revisão de projectos (cfr. artº. 43º., nº. 2, do CPP);
- Introduzem-se alterações nas regras que norteiam os procedimentos formais previstos para a contratação excluída da aplicação da parte II do CCP, deixando ao critério da entidade adjudicante a previsão de prestação de caução na formação dos contratos em causa, quando aquela seja uma das referidas no nº. 1 do artigo 2º. Pretende -se, assim, atenta a conjuntura económica e financeira, promover o desagravamento dos custos das entidades adjudicatárias, na medida em que não se justifica, em face das específicas circunstâncias da realidade abrangida, um regime de prestação obrigatória desta garantia;
- A revisão dos casos de impedimentos, admitindo como candidatos ou concorrentes as entidades que tenham prestado, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento, desde que isso não lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência (cfr. artº. 55º., alínea j), do CPP, *a contrario*);
- Este decreto-lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação, só sendo aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados a partir dessa data e à execução dos contratos que revistam a natureza de contrato administrativo celebrados na sequência de procedimentos de formação iniciados após essa data, sem prejuízo das ressalvas contidas nos nºs. 2 e 3 do artº. 5º. do Decreto-Lei nº. 149/2012.

II – Quanto ao regime contido no Decreto-Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, importa salientar:

- Este diploma legal vem estabelecer um regime excepcional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas, que, como se pode ler no respectivo preâmbulo, foi ditado pela conjuntura económica e financeira que actualmente atinge o País, em ordem a minorar os efeitos na vida das empresas do regime previsto para as garantias, permitindo-lhes um maior desafogo financeiro para o desempenho das suas actividades em outras obras, com vista a atenuar os efeitos negativos da actual crise económica e financeira.
- O artº. 1º. estabelece que o regime ora previsto tem por objecto as *“(...) cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o adjudicatário ou cocontratante, adiante designado por empreiteiro”*, cujo âmbito é definido pelo artº. 2º.: *“O presente Decreto-Lei aplica -se aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados ao abrigo do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março, e aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados ou a celebrar ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP) até 1 de Julho de 2016”*. Contudo, nos termos do artº. 5º., este diploma não é aplicável às Regiões Autónomas.
- O artº. 3º. prevê que o dono da obra pode autorizar a liberação das cauções que tenham sido prestadas no âmbito dos contratos antes referidos, decorrido um ano contado da data de recepção provisória da obra. A liberação da caução é feita faseadamente, durante um período de cinco anos, contado da data da recepção provisória da obra, nos termos seguintes: a) No 1º. ano após recepção provisória da obra, 30 % da caução total da obra; b) No 2º. ano após recepção provisória da obra, 30 % da caução total da obra; c) No 3º. ano após recepção provisória da obra, 15 % da caução total da obra; d) No 4º. ano após recepção provisória da obra, 15 % da caução total da obra; e) No 5º. ano após recepção provisória da obra, 10 % da caução total da obra. Para o cômputo deste período, nas empreitadas celebradas ao abrigo do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março, cujo prazo de garantia esteja em curso à data da entrada em vigor deste decreto-lei, são considerados os anos completos já decorridos desde a recepção provisória da obra até àquela data, liberando -se a caução



correspondente aos anos entretanto decorridos, sendo o restante liberado nos termos do número anterior. Por outro lado, nas empreitadas celebradas ao abrigo do CCP, cujo prazo de garantia esteja em curso à data da entrada em vigor deste decreto-lei e em que já tenha tido lugar a liberação parcial da caução, é considerado o montante já liberto, procedendo -se ao acerto necessário para respeitar as percentagens previstas relativas aos anos completos já decorridos. Finalmente, é condição de liberação da caução a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro, salvo se o dono da obra considerar que os defeitos denunciados, ainda não modificados ou corrigidos, são pouco relevantes e não justificam a não liberação da caução.

- Por seu turno, o 4º. estabelece os termos e os procedimentos para a liberação das cauções.

A presente Circular tem um carácter meramente informativo, pelo que não se substitui à leitura dos diplomas legais supracitados, cuja leitura aconselhamos.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Departamento Jurídico APIRAC